

# O ESPAÇO LITÚRGICO: O AMBÃO, LUGAR DA CELEBRAÇÃO DA PALAVRA

Prof. Ms. Gabriel Frade<sup>1\*</sup>

## RESUMO

*No contexto do aggiornamento eclesial, o Concílio Vaticano II (1962-1965) lançou as bases para a reforma da liturgia através da promulgação do documento Sacrosanctum Concilium. Nessa reforma, o espaço litúrgico é apresentado não apenas como funcional mas também como simbólico e facilitador da participação na ação litúrgica. Dentro dele, além do altar, ganhou relevância o lugar destinado à proclamação da Palavra, o ambão.*

**Palavras-chave:** Concílio Vaticano II, espaço litúrgico, ambão.

## ABSTRACT

*In the context of the aggiornamento of the Church, the Council Vatican II (1962-1965) laid the groundwork for the reform of the liturgy through the promulgation of the document Sacrosanctum Concilium. In this reform, the liturgical space is presented as a space not only functional but also symbolic and facilitator of participation in the liturgical action. Within the liturgical space, beyond the altar, the place has gained importance for the proclamation of the Word, the ambo.*

**Keywords:** Council Vatican II, liturgical space, ambo.

## INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II foi um grande evento conectado à longa Tradição da Igreja e trouxe novo lume àqueles vários elementos que, embora pertencentes a essa mesma Tradição, por razões variadas acabaram perdendo um pouco de seu brilho original.

<sup>1</sup> Para a reforma da liturgia, convém ler o texto clássico de BUGNINI, A. *La Riforma Liturgica* - 1948-1975. Roma: Edizioni *Liturgiche*, 1983.

\* Natural de Itaquaquecetuba (SP). É graduado em Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). É mestre em Liturgia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção da PUC-SP.

Esses elementos — como, por exemplo, a própria liturgia e a Palavra de Deus — depois de um longo período de discussão iniciado já no começo do século XX, encontraram novo esplendor e vigor através da linguagem dos documentos conciliares.

Apesar desse antigo esplendor recuperado, temos que admitir que ainda não são poucos aqueles que na Igreja desconhecem os documentos do Concílio Vaticano II ou, pior, que, em nome do concílio, justificaram as mais absurdas ações, a ponto de querer ver nestas uma interpretação “mais ou menos” aderente ao espírito dos documentos conciliares.

Atualmente discute-se muito sobre uma hermenêutica para a correta leitura desses documentos. Essa discussão certamente não é ociosa, se pensarmos que à distância de quase cinquenta anos do concílio, a sua recepção está ainda em processo não só de assimilação como também ainda de aplicação. Nesse sentido, não é raro ouvir aqui e ali interpretações redutivas ou até mesmo afirmações não condizentes com o espírito do concílio. Aliás, para sermos sinceros, alguns grupos chegam mesmo a fazer declarações que beiram a uma completa desqualificação do magistério conciliar.

Diante desse quadro, parece-nos que uma justa e honesta hermenêutica poderá de fato contribuir para a incorporação daquelas bases sólidas já delineadas no Concílio Vaticano II e que dizem respeito à totalidade da Igreja. Dentre essas bases, pensamos aqui especialmente naquilo que concerne à reforma litúrgica, já que esta parece ainda não ter sido totalmente assimilada efetivamente pelo inteiro organismo eclesial.

No que tange a esse processo de aplicação da reforma da liturgia ainda em ato,<sup>2</sup> tomemos, por exemplo, os grandes princípios teológicos, litúrgicos e pastorais contidos nas introduções dos livros litúrgicos: infelizmente são ainda pouco conhecidos por parte considerável dos ministros e dos fiéis em geral. Esse desconhecimento pode gerar problemas que se reverberam na celebração e na organização do próprio espaço litúrgico. De fato, um simples olhar para esse espaço pode nos conferir uma rápida impressão do quanto já se avançou na reforma, mas também do quanto há ainda por se fazer.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Ver, a propósito, MELO, J. R. *A Participação Ativa na Liturgia: Grande Aspiração da Reforma Litúrgica do Vaticano II* (especialmente pp. 39-42). In: SILVA, J. A.; SIVINSKI, M. (org.). *Liturgia, um Direito do Povo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

<sup>3</sup> Infelizmente a CNBB não produziu até o momento um documento específico sobre o assunto. Algumas conferências episcopais, porém, elaboraram alguns documentos interessantes sobre

Como se sabe, embora todos os espaços honestos sejam bons para celebrar, o espaço litúrgico não deveria se caracterizar por uma pretensa neutralidade. Afinal, ele não é um espaço qualquer. Ele não deveria ser apenas funcional, um espaço multiuso no qual podemos ocasionalmente também celebrar. Na verdade, esse espaço deveria ser algo mais, deveria ser acima de tudo “litúrgico”. E, ao dizermos “litúrgico”, pensamos nas afirmações sobre a natureza e a importância da liturgia, expressas de modo admirável pelo grande documento conciliar *Sacrosanctum Concilium*, 1998.

Essas afirmações formuladas no documento (ver: *Sacrosanctum Concilium*, 1998, nn. 5-13), se aplicadas analogamente ao espaço litúrgico, poderão nos dar, sem dúvida alguma, uma boa base para concebermos um espaço que seja efetivamente representativo para a celebração litúrgica.

Aliás, essas intuições de base poderão ser também encontradas em boa medida já na patrística.<sup>4</sup> Desde os primeiros séculos os Padres da Igreja tiveram uma grande concepção sobre os espaços destinados ao culto: neles por vezes aplicaram seu método de ler as escrituras e nesses mesmos edifícios perceberam a linguagem universal da beleza, a linguagem teológica da glória, da *shekinah* de Deus que pousa sobre o seu povo eleito, sacerdotal e santo reunido em assembleia, ou seja: a Igreja.

## 1. A ESSÊNCIA DA PRÓPRIA IGREJA É A BELEZA

Como é notório, a palavra “Igreja” vem do grego *ekklesia*, “assembleia convocada”, cuja convocação está expressa também pelo uso do verbo grego *kalein*, “invocar”, “chamar”. Ora, para os gregos, aquilo que particularmente nos atrai, ou seja, nos chama (*kaleo*) é justamente o *kalós*, isto é, “o belo”.

Esta beleza essencial da Igreja foi expressa de modo admirável através da intuição de Santo Agostinho. Ao falar do nascimento da Igreja, ele o situa quando, do lado de Cristo morto na cruz, tal qual novo Adão adormecido, de

---

a construção e a adequação dos espaços litúrgicos. Veja-se, por exemplo, a publicação da nota pastoral da Conferência Episcopal Italiana (CEI) intitulada *L'Adeguamento delle Chiese Secondo la Riforma Liturgica*. Publicado em 1996 pela Edizioni Dehoniane.

<sup>4</sup> Um excelente trabalho de caráter mais geral sobre a metodologia dos Padres diante da Bíblia, mas também diante da realidade histórica, pode ser observado na publicação do monge camaldolense D. Inocência Gargano, in: GARGANO, G. I. *Il Sapore dei Padri della Chiesa nell'Esegesi Biblica*. Milano: San Paolo, 2009.

seu peito atravessado pela lança, jorram sangue e água (cf. *Sacrosanctum Concilium*, 1998, n. 5). Nasce nesse momento a nova Eva, a Igreja.

A Igreja nasce, então, “bela”, pois nasce do coração daquele que na tradição é chamado de “o mais belo dos filhos dos homens” (Sl 45). Disso deriva que o espaço litúrgico nada mais é do que um ícone, uma imagem da verdadeira Igreja, que é a bela Esposa que diz ao seu Esposo: “Vem!” (Ap 22,17).

Por esse motivo deveríamos sem medir esforços, perseguir a beleza em nossas igrejas; pois apresentar a beleza — ela é irmã da liturgia! — é oferecer aos homens o mistério da vontade salvífica de Deus para com a humanidade.

Vale lembrar, nesse sentido, de um relato lendário referente à escolha da fé feita pelo príncipe Vladimir de Kiev. Diz essa narrativa que, para escolher aquela que seria a “melhor” religião para o seu reino, o príncipe mandou vários emissários em visita a expoentes das principais religiões do mundo então conhecido, isto é, aos judeus, muçulmanos, cristãos latinos e gregos. Ao voltarem, os emissários enviados a Constantinopla, depois de terem assistido à liturgia dentro da magnífica igreja de Santa Sofia, estes teriam convencido o príncipe com este relato singelo: “Nós não sabíamos se estávamos no céu ou na terra, pois sobre a terra não se encontra tal beleza. Por isso não sabemos o que dizer, mas apenas uma coisa sabemos: ali Deus mora com os homens”.<sup>5</sup>

Esse relato não deixa de impressionar, pois em sua simplicidade ele nos mostra — para além de qualquer esteticismo — a força da linguagem da beleza. Esta linguagem nos é mostrada como o meio mais eloquente para comunicar a experiência de Deus, que é a beleza por excelência.

Após traçarmos um breve panorama sobre a beleza e o espaço litúrgico, olhemos agora para os espaços de nossas igrejas: é bem possível que verifiquemos — conforme já acenado — que alguns elementos preconizados pelos padres conciliares ainda não tenham sido adequadamente aplicados em sua totalidade nas nossas paróquias. Podemos afirmar então com maior razão que, apesar de transcorridos cinquenta anos, temos ainda um processo em andamento de aplicação do concílio nas nossas paróquias.

---

<sup>5</sup> Cf. EVDOKIMOV, P. N. *Teologia della Bellezza*. L'arte dell'icona. Milano: San Paolo, 1990, p. 36.

## 2. O ESPAÇO DESTINADO À PALAVRA DE DEUS

Pensamos especificamente ao lugar reservado para a proclamação da Palavra e a pouca valorização desse espaço ainda presente em boa parte de nossas comunidades. Isso apesar de a *Sacrosanctum Concilium*, 1998, n. 24, que afirma: “[A] Escritura desempenha papel de primordial importância na celebração litúrgica”, e não só, há também a célebre frase da Constituição Dogmática sobre a Revelação, *Dei Verbum*: “A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor, já que, principalmente na Sagrada Liturgia, sem cessar toma da mesa tanto da Palavra de Deus quanto do Corpo do Cristo o pão da vida, e o distribui aos fiéis” (*Dei Verbum*, 2002, n. 21).

Tomemos essas frases com toda a seriedade que lhes convém. Ao pensarmos na sua concreção no espaço litúrgico, é bem possível que verifiquemos certo descompasso na sua interpretação — especialmente a afirmação de *Dei Verbum*, 2002, n. 21. É muito comum, por exemplo, vermos em nossas igrejas um esmero e veneração pelo altar. Há quase sempre, por parte das comunidades, uma clara percepção do altar como o centro do espaço litúrgico. Para as comunidades, no altar-mesa realizam-se tanto o gesto sacrificial de Cristo, como também a partilha do pão eucaristizado, o Corpo do Senhor.

O altar, para nossas comunidades, é uma das presenças de Cristo dentro do espaço, e o gesto concreto da percepção dessa presença se traduz no asseio do presbitério, nas toalhas do altar, quase sempre limpas e em ordem, na escolha, sempre que é possível para a comunidade, de materiais nobres para a confecção do altar (madeiras nobres, pedras etc.).

Ao desviarmos, porém, nosso olhar para o ambão (quando existe!), muitas vezes é perceptível que várias comunidades não lhe atribuem o devido valor. Apesar de as declarações conciliares — pensamos aqui também nas afirmações contidas nas introduções do Missal Romano e do Lecionário — serem contundentes em lhe conferir a devida importância, tal parece não ser compreendido ainda por parte dos fiéis em geral, já que muitas vezes esse lugar não reflete o Cristo presente “pela sua Palavra, pois é ele mesmo que fala quando se leem as Sagradas Escrituras na Igreja” (*Sacrosanctum Concilium*, 1998, n. 7), nem tampouco sua ligação explícita com o altar, conforme é afirmado peremptoriamente na *Instrução Geral do Missal Romano*, 2008, n. 309.

Certamente esse embotamento na percepção dos fiéis, especialmente no que tange ao objeto específico em questão, isto é, ao ambão da Palavra, não deve ser atribuído somente a uma ignorância de determinados princípios do Concílio Vaticano II, mas também a uma série de fatores de caráter cultural e histórico. Verificar os vários componentes que lhe estão subjacentes seria um primeiro passo para que se possam traçar diretrizes capazes de nortear a ação pastoral para que se realize a aspiração do concílio de que nossas assembleias litúrgicas sejam efetivamente lugar de participação ativa dos fiéis (cf. *Sacrosanctum Concilium*, 1998, n. 124).

### 3. ORIGENS E TERMINOLOGIA<sup>6</sup>

Uma das primeiras menções que temos a um artefato destinado a facilitar a proclamação da Palavra de Deus é a passagem apresentada no livro de Neemias, onde o escriba Esdras “estava sobre um estrado de madeira” (Ne 8,4), proclamando a leitura da Lei perante todo o povo reunido na praça pública. Sabemos que esse estrado ou monumento alto estava presente nas sinagogas e era designado pelo nome de *bemá*.

O próprio Jesus, na sinagoga de Nazaré, conforme requeria o respeito devido à Lei, deve ter proclamado a leitura do profeta Isaías de pé, do alto de um *bemá*, visto que após a leitura Jesus “sentou-se” (cf. Lc 4,16ss.).

O mais provável é que esse estrado tenha servido de modelo para a Igreja nascente, que, ao ter necessidade de construir espaços específicos destinados a acolher a comunidade para o culto, terá buscado inspiração na raiz judaica de sua fé, isto é, na sinagoga.

De fato, em se tratando da experiência cristã com a Palavra de Deus, é bem atestada a busca de inspiração por parte de alguns autores do período patrístico — é o caso de Orígenes, por exemplo: nas formas exegéticas judaicas de ler a *Toráh*. Esse uso nos permite supor que essa busca não tenha se resumido apenas à forma de ler o conteúdo do texto da Escritura, mas também às formas arquitetônicas propostas pela sinagoga, de onde esse texto era proclamado, como foi o caso do *bemá*.

---

<sup>6</sup> Para as origens e terminologia do ambão, remetemos às obras: FRADE, G. *Arquitetura Sagrada no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2007; VV.AA. *L'Ambone. Tavola della parola di Dio*. Magnano (Itália): Qiqajon, 2006.

Talvez por isso se compreenda o porquê da escolha das palavras “ambão” e “púlpito”. De fato, a denominação do local onde eram lidas as Escrituras nunca foi unívoca na Igreja, pois ao longo dos séculos a Igreja designou de várias formas o lugar destinado à proclamação da Palavra de Deus.

Grosso modo, podemos dizer que houve no primeiro milênio uma grande ênfase por parte da comunidade dos fiéis em associar a Ressurreição do Senhor com o local no espaço litúrgico reservado para o anúncio do Evangelho. Já no segundo século parece haver uma mudança de acento na qual se evidencia mais o aspecto da Paixão, do sofrimento do Senhor.

Em linhas gerais, sabemos que antes da reforma litúrgica, por exemplo, a nomenclatura preferida era aquela de “púlpito” que, como se sabe, nem sempre ficava no presbitério, mas — especialmente no nosso caso brasileiro — nas paredes colaterais da nave, ou engatado em alguma coluna, ou ainda próximo ao arco cruzeiro; este, por sua vez, separava a nave dos fiéis do presbitério.

Ao que tudo indica, a palavra “púlpito” vem do latim *pulpitum* e dizia respeito em origem ao palco para os oradores, um estrado — como em Neemias — colocado em lugar conveniente para que os discursadores se fizessem ouvir. Ao contrário do que se tem afirmado, o nome púlpito é bastante antigo, já que no Concílio de Laodiceia (371) se estabelece que o púlpito seja um lugar reservado apenas para os leitores e para os cantores. Embora seu nome e sua função — não necessariamente ligada à ação litúrgica, pois era reservado mais à pregação e à catequese — se popularizem de fato a partir do século XIV, em parte devido à ação das ordens mendicantes.

No Brasil, por razões históricas, esse nome é bastante familiar, embora nem sempre traga consigo boas lembranças, já que poderia refletir um tipo de pregação que acabou por assumir conotações negativas: o sermão.

Embora o sermão seja uma figura de linguagem de índole muito positiva — pensemos no “sermão da montanha” de Jesus, por exemplo — nem sempre foi deste modo que o imaginário mais pragmático de nosso povo o percebeu.

Curiosamente, em muitos casos, os adornos do púlpito enfatizavam o aspecto moralizante da pregação, ao apresentar a mó de ornatos o decálogo ou até mesmo o crucifixo amparado por um braço, de modo que o Cristo crucificado e sofredor se tornasse o foco das atenções do pregador. Talvez esses elementos não tenham contribuído para tornar a pregação mais leve.

Outros nomes menos conhecidos, mas também usados pela Igreja, foram *analogium*, *loghéion*, *legium*, *lectorium*, termos que trazem em sua raiz a ideia do leitor e da leitura da Palavra (*Lógos*). Além desses nomes, surge também o nome em grego *pyrgos* (“torre”). Com a designação de torre (*pyrgos*), por exemplo, foi chamado o grande ambão da igreja de Santa Sofia, em Constantinopla, lugar donde São João Crisóstomo teria feito inúmeras pregações.

Além de alguma outra nomenclatura periférica, vai se afirmando — especialmente no Oriente — o nome “ambão”, que, ao que parece, indicaria em sua origem algo de elevado e redondo (a parte superior de uma colina, por exemplo). Seguindo esta interpretação, a palavra “ambão” — conforme a explicação mais usual — derivaria do grego *anabaíno* (“subir”). Porém, convém lembrar que a palavra como tal pode oferecer outras interpretações etimológicas. Há quem prefira, por exemplo, outras origens, como aquela que entrevê no grego *ambio* (porque quem entra fica *envolvido* pelo ambão) a forma mais primitiva, ou ainda na palavra grega *ambo*, posto que fosse muito comum nos antigos ambões uma escada em *ambos* os lados.

Hoje se prefere o uso da palavra “ambão”, em detrimento de “púlpito”, já que a primeira apresenta uma longa tradição dentro da Igreja e, enquanto livre de conotações negativas passíveis de serem percebidas nos antigos púlpitos, seria mais conveniente, porque é um termo rico de conotações litúrgicas referentes ao mistério pascal, com ênfase na Ressurreição do Senhor.

Lembremos que, de maneira análoga, o concílio resgatou o antigo termo “homilia”, como que para indicar um conteúdo mais rico e mais profundo daquele que o termo “sermão” poderia, por sua vez, obscurecer. De fato, a homilia é apresentada como parte integrante da liturgia (*Sacrosanctum Concilium*, 1998, n. 52), e os números 24-27 da Introdução ao Elenco das Leituras da Missa explicitam sua ligação com a estrutura da celebração.

## CONCLUSÃO

Pero Vaz de Caminha<sup>7</sup> nos fez saber por meio de sua carta que a primeira missa celebrada no Brasil teve o privilégio do uso de um altar portátil,

---

<sup>7</sup> CAMINHA, P. V. *Carta a Dom Manuel*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.



enquanto a primeira pregação ocorrida em terras brasileiras por obra de frei Henrique teve, por sua vez, como arremedo de ambão uma simples cadeira.

Sem querer ser leviano com a história, já que foram as contingências do momento histórico que obrigaram a essa solução, esse episódio não deixa de ser emblemático. O catolicismo no Brasil, como não poderia deixar de ser, é fruto de processos históricos, culturais e sociais. Como tal, em termos muito gerais, a nossa tradição eclesial está arraigada àquela tradição que teria como possíveis balizas o regime do padroado, o Concílio de Trento e o barroco. Desse modo, nos é estranha ou desconhecida, especialmente do ponto de vista sensorial, toda a grande experiência artística do primeiro milênio da Igreja.

Sofremos de algum modo com as contingências das limitações históricas, pois, embora sejam muitos os espaços litúrgicos que nossa tradição nos legou e que contêm uma profunda beleza, ao mesmo tempo são muitas vezes espaços que, até há bem pouco tempo atrás, nunca conheceram a proclamação da Palavra de Deus numa língua na qual o povo pudesse entender.

Não nos foi possível conhecer os grandes ambões do primeiro milênio, dos quais a Palavra era proclamada e entendida, mas apenas os púlpitos, que se ofereciam como espaços ocasionais de pregações que, por sua vez, se apresentavam na condição de suplentes da proclamação da Palavra.

Por outro lado, para sermos justos, temos a afirmar sem hesitação que a proclamação da Palavra de Deus esteve assegurada de forma ininterrupta na Igreja. Mas, como já acenamos, havia a limitação do uso do latim, uma língua culta e desconhecida por muitos, e que, nos dizeres de Quirini e Justiniani (dois monges camaldulenses que haviam proposto uma reforma da Igreja escrevendo, para tanto, uma carta ao papa Leão X, muitos anos antes de Lutero), pouco ajudava, pois “de que adianta ler o Evangelho em latim, se quem proclama e quem escuta não entende”.

Com o advento do Concílio Vaticano II, foi concedido ao povo de Deus amplo acesso à Escritura. Diga-se de passagem que essa divulgação no Brasil foi realizada apenas em meados da década de 1970, quando as primeiras traduções começaram a ficar prontas e foram finalmente chegando às prateleiras em números mais abundantes para atender a demanda do público.

Mas, se o acesso ao texto bíblico foi facilitado, não se pode dizer a mesma coisa em relação ao domínio do significado mais profundo do texto.

Para além de algumas interpretações fundamentalistas, há ainda fatos tão graves quanto: muitas pessoas que participam de nossas liturgias não conseguem ver a relação entre a liturgia da Palavra e a liturgia Eucarística — e muito menos a relação destas com a sua própria vida! A coisa às vezes chega ao ponto de várias pessoas manifestarem espontaneamente que em suas comunidades não sentem falta alguma do ambão.

Diga-se, porém, em favor do povo, que infelizmente não têm contribuído muito para a valorização desses dois centros do espaço litúrgico (ambão e altar) as homilias. Estas, de parte integrante da liturgia, como de fato o são, tornam-se cada vez mais relatos em que abundam expressões que não deixam transparecer a centralidade da Palavra de Deus no momento celebrativo. Há muitos ministros ordenados que se consideram apenas sob a ótica de ministros ordinários da Eucaristia, esquecendo-se de que são igualmente ministros ordinários da Palavra.

Finalmente, outro fator que contribui para uma não valorização do ambão é o próprio rito sacramental da dedicação de Igrejas. Nesse ritual, o centro que prende a atenção dos fiéis é o momento solene da dedicação do altar, com sua unção, iluminação e incensação. O ambão, embora tenha um ritual de bênção próprio e prescrito em outro livro litúrgico, dificilmente é valorizado nessa celebração. Contam-se nos dedos aquelas celebrações de dedicação em que o ambão venha a ser valorizado através de algum rito litúrgico.

Também a localização do ambão é outro ponto frequente de tensões. Há aqueles que gostariam de tê-lo sempre fixo no presbitério, mesmo quando a própria configuração do espaço litúrgico poderia oferecer outras soluções. É verdade que o ambão deve guardar sempre que possível uma relação com o presbitério, mas isso não significa que deva estar sempre nesse espaço.

Nesse sentido é interessante observar as soluções adotadas na capela papal *Redemptoris Mater*, no Vaticano, e a capela da CNBB em Brasília. Em ambas o ambão está colocado numa disposição não usual em nossas igrejas. Na antiga capela pré-existente, dedicada à Mãe do Redentor no Vaticano, o papa João Paulo II pediu ao artista Marko Ivan Rupnik que a adequasse conforme a reforma litúrgica do Vaticano II. O artista propôs a centralidade da Palavra: na capela, um grande quadrilátero, suas paredes se apresentam recobertas com mosaicos que propõem a história da

salvação. Próximo à entrada, fica a pia de água benta, enquanto numa posição centralizada junto à parede de ingresso está a cátedra do presidente da assembleia. Nas paredes laterais ficam os bancos destinados aos fiéis, enquanto no centro do quadrilátero está o ambão da Palavra, voltado para quem preside. Numa outra extremidade da capela, num eixo linear entre cátedra e ambão, situa-se o altar.

Posição semelhante oferece a capela da CNBB em Brasília. Esta capela oferece um eixo linear composto de cátedra–altar–ambão. Em torno desse eixo, a numa disposição que lembra os coros monásticos, ficam duas fileiras de bancos, possibilitando aos fiéis olharem-se mutuamente e ao mesmo tempo contemplarem a ação litúrgica dos ritos e gestos. À diferença da capela *Redemptoris Mater*, a capela da CNBB apresenta apenas o diferencial de que o seu lugar central está ocupado pelo altar, enquanto o ambão situa-se na extremidade oposta à cátedra do presidente.

Olhar para esses exemplos deveria nos fazer pensar se uma elaboração, ou mesmo, uma adequação do espaço litúrgico hodierno, não poderia colaborar validamente para que nossas celebrações fossem mais participativas.

Diante desses pontos, gostaríamos de encerrar estas breves reflexões apresentadas neste artigo com palavras inspiradas no texto *De cathechizandis rudibus*, de autoria de Santo Agostinho: “Devemos anunciar a Palavra, viver a Palavra, a fim de que, pelo anúncio da salvação, o mundo inteiro, ouvindo, creia, crendo, espere, esperando, ame”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOROBIO, D. La Dimensión Estética de La Liturgia. In: *Revista PHASE* (180). Barcelona: Centro de Pastoral Litúrgica, 2008.
- BUGNINI, A. *La Riforma Liturgica — 1948-1975*. Roma: Edizioni *Liturgiche*, 1983.
- CAMINHA, P. V. *Carta a Dom Manuel*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- CNBB. *Instrução Geral do Missal Romano e introdução ao Lecionário*: texto oficial. Brasília: CNBB, 2008.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ. *Linhas Orientadoras para a Construção e Organização de Espaços Litúrgicos* (trad.). Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, s.d.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL ITALIANA. *L'Adeguamento delle Chiese Secondo La Riforma Liturgica*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 1996.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum*. São Paulo: Paulinas, 2002, 7ª ed.

- CONSTITUIÇÃO *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. *Vaticano II: mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- EVDOKIMOV, P. N. *Teologia della Bellezza*. L'arte dell'icona. Milano: San Paolo, 1990.
- FRADE, G. *Arquitetura Sagrada no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2007.
- GARGANO, G. I. *Il Sapore dei Padri della Chiesa nell'Esegesi Biblica*. Milano: San Paolo, 2009.
- MELO, J. R. A Participação Ativa na Liturgia: Grande Aspiração da Reforma Litúrgica do Vaticano II. (especialmente pp. 39-42) In: SILVA, J. A.; SIVINSKI, M. (org.) *Liturgia, um Direito do Povo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- VV.AA. *L'Ambone. Tavola della parola di Dio*. Magnano (Itália): Qiqajon, 2006.
- VV.AA. *Gli Spazi della Celebrazione Rituale*. Milano: O.R., 1984.
- WILMSEN, K. C. O Ambão — Monumentum Paschale. In: SILVA, J. A.; SIVINSKI, M. (org.) *Liturgia, um Direito do Povo*. Petrópolis: Vozes, 2001.